



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

WHELSON DOS SANTOS

**O ENSINO DE HISTÓRIA
NO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO (RCF)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

WHELSON DOS SANTOS

**O ENSINO DE HISTÓRIA
NO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO (RCF)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção de título de Licenciatura em História na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Orientador: Professor Dr. Igor Fonseca de Oliveira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S239e

Santos, Whelson dos.

O ensino de História no Referencial Curricular Franciscano (RCF) / Whelson dos Santos. - 2022.

52 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Igor Fonseca de Oliveira.

1. História (Ensino fundamental). 2. História - Estudo e ensino - São Francisco do Conde (BA). I. Referencial Curricular Baiano. II. Referencial Curricular Franciscano. III. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 907.08142

WHELSON DOS SANTOS

**O ENSINO DE HISTÓRIA
NO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO (RCF)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção de título de Licenciatura em História na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Aprovado em: 14 /02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Fonseca de Oliveira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Ferreira Cardoso (Examinadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. M.e Alan Cerqueira (Examinador)

Instituto Municipal Luiz Viana Neto

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, pois sem Ele não estaríamos aqui para iniciar e a finalizar este processo educacional em Licenciatura em História.

A minha família que esteve presente neste processo, principalmente minha esposa Viviane Santos do Rosário, meu Filho Enzo Gabriel e minha filha Alicia Ellen, minha mãe Delma Daria e meu sobrinho Mateus.

A toda Unilab, principalmente aos docentes, em nome de meu orientador Igor Fonseca de Oliveira e Maria Cláudia Cardoso, saúdo a todos/as professores/as que me ajudaram muito neste processo.

A todos colegas que estiveram presentes neste processo me ajudando diretamente e indiretamente durante meus estudos na UNILAB.

RESUMO

Este projeto tem como objetivo discutir a elaboração do Referencial Curricular Franciscano (RCF) para o Ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental através do análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Baiano (RCB) que são documentações norteadoras para a finalização deste projeto. Nisso, teve-se a oportunidade de analisar se toda elaboração do RCF atenderia a necessidade dos/as professores/as para prestar um ensino de qualidade aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental no Ensino de História, principalmente, na inserção de saber (unidade temática) saber-ser (objetos de conhecimentos) e saber-fazer (habilidade) para relacionar com a História Mundial, Nacional e Regional com a História Local, pois, a BNCC orientar que quarenta por cento desta documentação pode ser incrementada com sua história. Com toda esta oportunidade, foi necessário descrever sobre a elaboração do Referencial Curricular Franciscano (RCF) que teve como base a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Baiano (RCB) com sua limitação no campo do Ensino de História.

Palavras-chave: História (Ensino fundamental). História - Estudo e ensino - São Francisco do Conde (BA). Referencial Curricular Baiano. Referencial Curricular Franciscano.

ABSTRACT

This project aims to discuss the elaboration of the Franciscan Curriculum Reference (RCF) for the Teaching of History in the Final Years of Elementary School through the analysis of the National Curricular Common Base (BNCC) and the Baiano Curricular Reference (RCB) which are guiding documentation for the completion of this project. In this, we had the opportunity to analyze whether any elaboration of the RCF would meet the need of teachers to provide quality education to students in the final years of Elementary School in History Teaching, mainly in the insertion of knowledge (unit thematic) know-how (objects of knowledge) and know-how (skill) to relate World, National and Regional History with Local History, since the BNCC guides that forty percent of this documentation can be increased with its history. With all this opportunity, it was necessary to describe about the elaboration of the Franciscan Curricular Reference (RCF) which was based on the National Curricular Common Base (BNCC) and the Bahia Curricular Reference (RCB) with its limitation in the field of History Teaching.

Keywords: History (Elementary School). History - Study and teaching - São Francisco do Conde (BA). Bahia Curriculum Reference. Franciscan Curriculum Reference.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAPÍTULO: MUDANÇAS E PROPOSTAS CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BNCC-HISTÓRIA	12
3	CAPÍTULO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (DOS ANOS 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS) NO ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA	18
4	CAPÍTULO: O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO (RFC)	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	Referências	51

1 INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, datada de 1996, somente em dezembro de 2017 se aprovou a Base Nacional Comum Curricular. Esse documento, resultado de anos de discussões entre “mais de 60 membros”, distintos representantes de diferentes setores sociais, que inclui professores universitários à educação básica, deputados federais, conselheiros de educação, gestores públicos e privados, organizações não governamentais interessadas em educação e fundações privadas como a Lemann, a Somos Mestres - SM, o Instituto Airton Senna, o Instituto Singularidades, estabeleceu um determinado grupo de conteúdos a ser ensinado em todo Brasil.

Segundo a BNCC, os estados e os municípios deverão elaborar uma documentação para nortear seu ensino, adequando-se a seus aspectos regionais e locais, necessariamente para aproximar seus/suas estudantes a sua realidade. Contudo, que estejam alinhados à Base Nacional Comum Curricular e garantindo as aprendizagens essenciais definidas na documentação (BRASIL, 2018).

Em nível estadual, a Bahia aprovou no ano de 2018 o Referencial Curricular Baiano (RCB) com o objetivo de assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem a todos os estudantes do território estadual. Com cada unidade escolar realizando a complementação com seus Currículos Escolares e os Planos de Ensino, no âmbito dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e, também, nas relações entre educadores e estudantes que devem comprometer-se com a aprendizagem como direito do sujeito e dever legal e social de todos (BAHIA, 2018). Nesse estudo, considerando o que se encontra disciplinado na BNCC, procuramos estudar o processo de discussão e implementação da o objetivo do trabalho é compreender a elaboração do Referencial Curricular Franciscano (RCF) para o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental através do análise na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular Baiano.

Nesse sentido, irei aqui me debruçar mais atentamente ao processo desenvolvido por meio da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) de São Francisco do Conde, na Bahia, que desencadeou as discussões para a elaboração do seu próprio currículo pedagógico, que foi denominado com Referencial Curricular Franciscano (RCF), a política educacional que município seguiu e os impactados dentro deste processo. Na análise aqui proposta, me preocupei em perceber não apenas os percursos e as decisões que estão sendo adotadas no sentido da aprovação do RCF, mas ainda compreender, de modo mais especial, o processo de

elaboração e o conteúdo proposto para o currículo do ensino da disciplina de História nos anos finais do Ensino Fundamental no mencionado município.

No que concerne aos conteúdos que podem ser enquadrados dentro de uma perspectiva regional ou local da História, uma parte deles estão presentes nas disciplinas de História Geral e outra parte mais apropriada nas diversas disciplinas de História criadas pelas gestões da SEDUC desde de 2006 ao ano de 2021 (quando foi extinta) para nortear o currículo educacional nos estudos africanos, afro-brasileiros, indígenas e da História Local, porém, o estudo para o ensino de história vai realizar um recorte desde a década de 1990. Isso me motivou a, no decorrer desse estudo, analisar ainda o momento, as preocupações e os objetivos que conduziram ao surgimento dessas disciplinas, uma vez que parte deles estavam presentes durante as discussões de elaboração da BNCC, RCB e RCF.

Os currículos pedagógicos escolares para ser construído necessita de envolvimento de grupos de pessoas que carregam em si conhecimentos prévios adquiridos através de suas experiências vividas, nisto buscam defender algo em torno de sua visão de mundo. Na elaboração do currículo seus conhecimentos fazem totais diferenciais, ou seja, esta documentação criada vai ter intencionalidade que pode fazer dos/as estudante pessoas que não analisam o mundo para tirar suas conclusões à serem sujeitos críticos no mundo, ativos e participativos deste processo.

Na criação do Referencial Curricular Franciscano (RCF) apesar da intencionalidade, é possível analisar que buscam em diferentes contexto e temporalidade empregar nos espaços escolares uma educação que façam destes indivíduos conhecedor de sua história e que nossos antepassados participaram ativamente deste processo de construção de município de São Francisco do Conde na Bahia, em observação ao que temos hoje de representatividade histórica.

O presente estudo encontra-se dividido da seguinte maneira. No capítulo 01 com a denominado como “mudanças e propostas curriculares para o ensino de História no Brasil: Um breve Histórico do processo de elaboração da BNCC-História” que tem um como finalidade apresentar alguns diálogos em torno das documentações criadas que orientava o ensino de História em cada época até chegar a construção final da documentação da BNCC.

No capítulo 02, intitulado como “Práticas Pedagógicas (dos anos 1990 até os dias atuais) no Ensino de História na Rede Pública no Município de São Francisco do Conde – Bahia” aqui será descrito alguns projetos educativos, leis, decretos, documentações que foram construídos pela SEDUC de São Francisco do Conde e aplicados pelos/as docentes do município ao longo do tempo desde 1990 até os dias atuais para o ensino de História nas séries finais para o ensino de fundamental.

No capítulo 03 como o título “Descrição do Referencial Curricular Franciscano (RFC) através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular Baiano (RCB) no Ensino de História”, neste campo vai ser analisado a construção do Referencial Curricular Franciscano (RCF) que reformulou e criou saber (unidades temáticas), saber-ser (objetos de conhecimento) e saber-fazer (habilidades) com base no Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Referencial Curricular Baiano (RCB). Neste momento, serão expostas as mudanças e ampliações realizadas no referencial municipal.

2 CAPÍTULO: MUDANÇAS E PROPOSTAS CURRICULARES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA BNCC-HISTÓRIA

Sempre que existe qualquer movimento de mudança nos currículos escolares no Brasil, surgem disputas de poder sobre quais seriam as mudanças a serem operadas. Em relação às mudanças propostas no currículo de História, como apontou Katia Maria Abud (2017) e Circe Bittencourt (2018), elas são acompanhadas, em não raras ocasiões, de discussões meramente ideológicas, principalmente em relação ao uso do passado na contemporaneidade.

Os aspectos ideológicos presentes nessas discussões se acirram ainda mais quando se percebe que algumas das propostas apresentadas privilegiam conteúdos eurocêntricos ou de determinadas regiões do Brasil. Para Katia Abud (2017), os conteúdos curriculares relevantes pesquisam as movimentações populacionais entre os continentes, a circulação de ideias e objetos pelo Atlântico, pelo Mediterrâneo, Oceano Índico e até o Mar da China, não podendo ser confundidos com conteúdos eurocêntricos. Constituem campos fundamentais para o estudo de experiências humanas diversas daquelas nas quais os alunos estão inseridos, colocando em perspectiva uma história narrada como processo único e linear. Portanto, não perpetuam visões eurocêntricas, mas ao contrário as combatem. Ao invés de questionar cronologias, o currículo da BNCC traz visões distorcidas do passado, como se toda a história anterior às expansões marítimas modernas não estabelecesse relação com o próprio significado que adquire a América neste cenário. No conteúdo da BNCC, a formação territorial e nacional não se conecta com a história global, como se ideias, pessoas e objetos não circulassem.

O currículo da BNCC traz visões distorcidas do passado, como se toda a história anterior às expansões marítimas modernas não estabelecesse relação com o próprio significado que adquire a América neste cenário. No conteúdo da BNCC, a formação territorial e nacional não se conecta com a história global, como se ideias, pessoas e objetos não circulassem.

Essas disputas estiveram presentes nos debates e nas discussões que antecederam a aprovação da BNCC. Segundo Maria do Carmo Martins (2017), pouco depois da primeira versão da BNCC ser publicada, ainda no ano de 2015, a Associação Nacional de História (ANPUH) divulgou uma carta-aberta que indicou e criticou não apenas como o processo em curso estava sendo operado, mas ainda a composição da comissão de especialistas e intelectuais que assinaram o documento; parte deles integrantes da própria ANPUH. Também, nessa mesma carta, se alertou que a diversidade de perspectivas que caracterizam a pesquisa e o ensino da

História não estavam sendo consideradas e sequer contempladas na primeira versão então apresentada.

Nessa proposta, muito embora se indicasse que a intenção era promover um rompimento com a perspectiva eurocêntrica e com o modelo quadripartite muito recorrente no ensino da disciplina de História, não existia nada de novo. Tão somente se percebia uma inversão dos parâmetros eurocêtricos por um conhecimento mais centrado na História do Brasil (MARTINS, 2015).

Sobre o modelo denominado quadripartite, GASPARELLO (2004, p. 93), indicou que:

No Brasil, o ensino de história seguiu o esquema quadripartite francês (Antiga, Média, Moderna, Contemporânea) no plano de estudos do ensino secundário desde o Império. Desse modo, a história ensinada no Brasil seguiu os marcos da História europeia, com o currículo quase se tornou tradicional, com a predominância da história política, cronológica e eurocêntrica.

Na primeira versão apresentada da BNCC, como indicou a ANPUH, essas características estariam ainda presentes. Logo depois de ser apresentada, a primeira versão da BNCC passou a ser debatida não apenas por entidades e especialistas, mas ainda pelo corpo docente de diversas partes do país. Muitos seminários passaram a ocorrer, entre os quais se destacariam os promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Elaborada por uma equipe composta por doze pesquisadores, os quais eram oriundos de diversas instituições educacionais do país, a primeira versão da BNCC-História, mesmo sendo alvo de críticas, deixou a impressão de que seria sim possível se pensar um ensino de História para além dos modelos quadripartite e eurocêntrico.

Com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no ano 2016, as políticas educacionais foram duramente atingidas com as reformas conservadoras implementadas pelo governo de Michel Temer, que assumiu a presidência a partir de maio de 2016. Nos análises das repercussões de suas decisões políticas e econômicas para a educação brasileira. De fato, o processo de construção da terceira versão da BNCC em especial no ensino de História, cuja metodologia de elaboração da primeira e da segunda versões era de responsabilidade de um grupo de especialistas, vinculados às universidades. Ele restringiu a participação desses especialistas ao instituir o Comitê Gestor da Base Nacional Comum Curricular. (AGUIAR, 2019). Nisto, acarretou na destituição de diversos membros da equipe de pesquisadores/as responsáveis por elaborar a BNCC-História.

No dia 03 de maio de 2016, ocorreu a divulgação da segunda versão preliminar da BNCC. Quando se compara o seu conteúdo ao apresentado anteriormente, percebe-se, no entanto, alguns retrocessos, principalmente diante do seu aspecto conteudista, como apontou a Europa continuava a ser referência em contar a história de indígenas, africanos ou de asiáticos, não se tratava da despolitização, porém da manutenção de uma concepção de história que é política, embora foi passada durante boa parte do século XIX e metade do século XX, que não se assumia como tal, forjando para si uma certa neutralidade (PEREIRA e RODRIGUES, 2017).

Uma crítica que, atualmente, recai na BNCC seria salientada pelos críticos desde a sua primeira versão; ou seja, a ausência de articulação entre os componentes curriculares. No documento do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, em nenhuma das suas versões, se pode encontrar qualquer proposta de articulação por meio da interdisciplinaridade. Tal como apontou a carta aberta da ANPUH datada de 2015, a História deveria ser ministrada se distanciando de áreas com as quais preserva estreito diálogo como, por exemplo, a Geografia, Filosofia e a Sociologia, mesmo quando os assuntos ou os conteúdos eram correlatos (MARTINS, 2015).

Quando do surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), se esperava que se procedesse com uma renovação curricular a partir de uma ação promovida pela comunidade escolar, e com ampla participação da residente no seu entorno. Monica Silva indicou que:

os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são referenciais de qualidade destinados aos professores e demais profissionais da educação para uso consuntivo no Ensino Fundamental. Implementados ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 1995, esses instrumentos da política educacional receberam duras críticas, desde a forma como foram conduzidos pelo MEC até o modo como se excluíram os professores do processo de sua elaboração. A proposta dos PCNs foi padronizar minimamente o ensino em todo o país, constituindo pilares fundamentais para guiar a educação formal em todos os componentes curriculares tradicionais. Mas, além desses componentes, existem os temas transversais, que foram idealizados, como a própria denominação sugere, para transversalizar o currículo no interior de cada disciplina (SILVA, 2008, p. 97).

No ano de 2014, em meio a uma grande crise política no país, retoma-se o debate acerca da necessidade de elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular, cumprindo assim o que estava previsto na CF de 1988 e na LDB de 1996. Indicava-se que o documento a ser elaborado deveria sistematizar o que realmente deveria ser ensinado nas escolas da Educação Básica do Brasil. Elaborada em um contexto onde a educação nacional encontra-se marcada pela presença de diversos agentes e empresas estrangeiras, a BNCC revelaria no seu conteúdo uma preocupação em atender as perspectivas e os interesses empresariais e mercadológicos, principalmente dos ditados pelo Banco Mundial.

Entre as principais entidades que participaram das discussões e do processo de estruturação e implementação da BNCC seria a Fundação Lemann, um grupo formado por jovens intelectuais com experiências diversas que em sua maioria não tem formação na área educacional e são integrados como membros das equipes de especialistas na formação da BNCC, em especial, na BNCC-História. Percebe-se que majoritariamente são engenheiros especializados em computação, administradores de empresas, economistas, especialistas em Estéticas e Redes de Comunicação em Empresas, gestão de *marketing*, entre outros (BITTENCOURT, 2018). É interessante notar que as pessoas que passaram a atuar mais ativamente no processo de construção da BNCC só possuíam experiência com o ambiente escolar quando eram estudantes da Educação Básica. Não demonstravam assim qualquer experiência com a prática docente, com o exercício do magistério. Nem mesmo possuíam alguma formação na área educacional, como era de se esperar. Sobre isso, MARTINS (2017, p. 56-57) indicou que:

[...] a BNCC como política de Estado, está um grupo social, criado em 2013 e organizado no Movimento pela Base Nacional Comum, composto por ‘mais de 60 membros’, distintos representantes de diferentes setores sociais, o que inclui de professores universitários à educação básica, deputados federais, conselheiros de educação, gestores públicos e privados, organizações não governamentais interessadas em educação, algumas delas já denunciadas por relações deletérias com o setor público, e fundações privadas como a Lemann, a Somos Mestres - SM, o Instituto Airton Senna, o Instituto Singularidades, cujos interesses estão na oferta de educação privada presencial e à distância, na formação de professores em nível superior, assim como na oferta de materiais didáticos e softwares educacionais. A vinculação da Base aos movimentos sociais, tal como aparece no documento inicial da BNCC, não é claramente explicada, embora seja citada, mas percebe-se que esse Movimento pela Base se considera o propulsor e o impulsionador das ações que resultaram na mobilização do Ministério para a elaboração do documento e que o grupo - não coeso, mas organizado em torno de produzir uma política de Estado - forma um expressivo conjunto de analistas simbólicos.

Não se pode, desse modo, dizer que a inserção da BNCC seguiu os mesmos moldes das mudanças curriculares operadas, por exemplo, no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Nesses anos, os educadores responsáveis em promover as mudanças então necessárias, se mostravam preocupados em realizar alterações curriculares que permitissem a inserção e a integração de alunos oriundos das camadas populares. Existiam sim divergências, mas essas estavam centradas mais em quais os conteúdos que deveriam ser inseridos ou mantidos no processo de reestruturação curricular, uma vez que não se podia mais conceber uma distinção entre os conteúdos ministrados para os estudantes ricos e os pobres. Mas, uma aprendizagem significativa da seguinte maneira Rogers (2001, p. 01):

Por aprendizagem significativa entendo uma aprendizagem que é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolhe ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimento mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência.

Houve, desde então, uma maior aproximação entre os responsáveis por essas mudanças curriculares e os anseios da população. Em relação aos conteúdos a serem ensinados na disciplina de História, percebe-se que os responsáveis em promover as mudanças curriculares passaram a ouvir as demandas dos agentes sociais que passariam, a partir de então, a ser representados nas páginas dos manuais didáticos, principalmente as populações negras, indígenas e as mulheres.

No momento atual, marcado, como dito anteriormente, por uma onda conservadora ainda sem precedente desde a nossa redemocratização, muitos avanços presentes nesse processo de alteração curricular estão sendo superados. Enquanto ocorriam os debates sobre as primeiras versões da BNCC, muitos docentes responsáveis por ministrar a disciplina de História se viam ameaçados pela possibilidade de aprovação do Programa Escola Sem Partido “equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno.” (FRIGOTTO, 2017, p. 36).

Isso contribuiu para que os conteúdos a serem ministrados no âmbito da disciplina escolar de História ganhassem uma maior atenção, desde a primeira versão da BNCC. Tinha-se em mente que um currículo de História podia revelar não apenas modos de interpretar o passado, mas ainda de criar entendimentos sobre o presente e, conseqüentemente, sobre a nossa identidade nacional.

Por exemplo, no início das discussões da primeira versão preliminar da BNCC, se questionou sobre o que realmente deveria compor o currículo comum da disciplina de História a ser ensinado nas diversas escolas da Educação Básica espalhadas pelo Brasil, assim como o que deveria ser deixado como conteúdo/assunto complementar. Isso, obviamente, motivou que diversas entidades e movimentos sociais, por meio das suas representações, se mostrassem interessados em participar dos debates em curso.

Entre as principais críticas que recaíram na primeira versão apresentada para os componentes curriculares, estava o descompasso entre o documento e as pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas da História. Segundo a Monica Martins, ao propor uma História Nacionalista, a BNCC-História, em sua versão preliminar, estaria desconsiderando a integração do Brasil aos processos históricos globais. Também estaria a desconsiderar os investimentos públicos promovidos pelos editais dos Programas de Pós-Graduação em História

ANPUH-RIO em 2015. Uma vez não sendo usados com parâmetros para a construção da BNCC, causava-se a impressão de que a História era uma ciência que não se atualizava por meio de pesquisas, mas sim somente por meio de concepções meramente ideológicas e políticas, as quais pouco se preocupavam com a situação das escolas e dos estudantes.

Sabe-se que o ensino de História na Educação Básica possui, entre os seus principais propósitos, preparar o estudante para o exercício da cidadania. O ensino dessa disciplina deve estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos promovem ações de acordo com as peculiaridades do momento e do lugar em que vivem. Nesse sentido, a conscientização de que existe uma enorme diversidade de sociedades, com maneiras e condutas muitas distintas das suas, estimulam não apenas o pensamento crítico, por meio de um cidadão político, mas ainda o respeito ao outro. O passado deve impulsionar a compreensão da realidade onde esses estudantes estão inseridos.

Entende-se, desse modo, o porque que a disciplina de História e o Historiador acabaram sendo comumente alvos de ataque das medidas políticas adotadas pelo então presidente Jair Bolsonaro e por seus apoiadores. Segundo ele, os estudantes não devem se interessar por política, como ocorre nas escolas, mas sim por coisas que possam conduzi-los ao espaço. Tal posicionamento demonstra o retrocesso que vem sendo operado na política educacional no Brasil atualmente, como revela a própria BNCC, ou parte do documento aprovado em 2018. Nessa disputa pela memória e o uso do passado, direitos como os estão estabelecidos pelas Lei 10.639/03 e 11.645/08 estão ameaçados.

3 CAPÍTULO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS (DOS ANOS 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS) NO ENSINO DE HISTÓRIA NA REDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - BAHIA

O currículo se constrói a partir da ação direta de diversos agentes, parte deles externos ao mundo escolar. No Brasil, as discussões sobre as mudanças processadas nos currículos escolares datam do início da década de 1980. Elas estão permitindo o desenvolvimento de um novo olhar mais atento para os currículos escolares, além de uma análise crítica para os modelos vigentes em diversos momentos da História do país. Neste capítulo, tem como objetivo descrever algumas práticas curriculares aplicadas na rede municipal de São Francisco do Conde desde a década de 1990 até os dias atuais.

Quando é analisado o ensino de História nos anos 1990 em São Francisco do Conde na Bahia, tinha uma presença marcante do ensino com base nas ideias da Ditadura Militar que norteava para uma educação que tornava o cidadão um patriota que gostasse de sua Pátria acima de tudo, no atual contexto político ideias estas estão sendo retomadas, mas, muitas coisas não estão se perpetuando e a diversidade de ideias vêm se fortalecendo. O ensino de História neste período era baseado nos grandes heróis, na representatividade das datas comemorativas e na cronologia que fazia decorar.

Mesmo com a elaboração da Constituição Federal em 1988 e da LDBEN de 1996, que já orientava para uma reformulação dos currículos educacionais, mas, diversos fatores ainda trilhavam para uma educação no molde da militarização.

Nesse cenário, São Francisco do Conde na Bahia não seria muito diferente no processo educacional. Porém, utilizava a História Geral com base e interligava a História Local, sendo inserida para a representatividade de seu povo por meio de seus patrimônios materiais e imateriais construídos ao longo do tempo. Assim, cada escola criava seus projetos através de amostras culturais, férias do conhecimento, desfiles de representatividade negra que já direcionava para os estudos africanos e afro-brasileiros no processo de afirmação da identidade negra, mesmo sem ainda existir as leis que norteassem para isso.

Logo após a aprovação da BNCC e do RCB, a SEDUC deu passos importantes no sentido de promover mudanças no currículo escolar de São Francisco do Conde. O RCF sendo, discutido e elaborado, apresentaria não apenas as novas perspectivas da educação nacional, mas ainda os anseios da comunidade educacional de São Francisco do Conde na Bahia que almejava por um currículo próprio que pudesse ser construído sob seu olhar, ou seja, pela visão de quem constituem a educação.

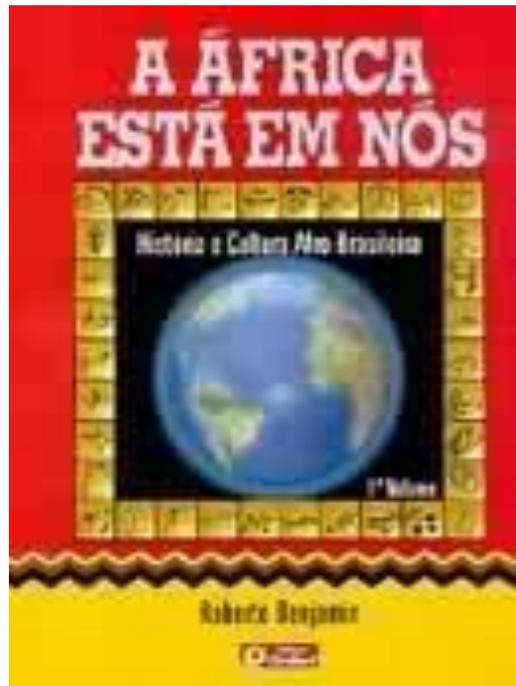
É importante que se diga que, a partir do ano de 2006, outras medidas que pretendiam adequar o currículo escolar de São Francisco do Conde acabaram sendo adotadas, o que resultou na elaboração e execução de políticas públicas educacionais como as apresentadas no Plano Municipal de Educação (2008), na Conferência Municipal de Educação (2009), no Documento Introdutório para a Construção das Diretrizes para a Política Educacional de São Francisco do Conde (2010) e o Regimento Escolar Comum para as Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino (2012). Muitas ações promovidas a partir do que dizem esses documentos revelavam uma preocupação da SEDUC em atender a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do Brasil.

Entre os anos de 2006 e 2007, a SEDUC, por meio da então Secretária de Educação, Ana Clara Ferreira Santos, e da sua equipe pedagógica, pontuou que seria necessário inserir um novo componente no currículo escolar de São Francisco do Conde. Esse novo componente disciplinar deveria atender sobretudo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a **Educação das Relações Étnico-Raciais** e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovada no ano de 2004. Criou-se, assim, o componente disciplinar denominado “Estudos Afro-Brasileiros e Africanidades”, mais conhecido como EABA (ALMEIDA, 2010), a qual passaria a ser dada em uma aula por semana. No movimento que promoveu a inserção da disciplina EABA no currículo de São Francisco do Conde, a disciplina de História perdeu um pouco de espaço, passando a ser dada duas vezes na semana.

Naquela época, as escolas do município possuíam autonomia para adequar os seus currículos. Todavia, as mudanças propostas não agradou parte do corpo docente. Muitos questionavam na época, que em uma aula semanal de apenas 50 minutos não era possível atender as demandas propostas pela Diretrizes, sendo assim incapaz de se promover estímulos para as discussões sobre, por exemplo, raça, etnicidade e identidade negra. Também se questionou a não disponibilização de manuais didáticos e de paradidáticos que permitissem direcionar essas discussões.

Segundo Almeida (2010, p. 62), entre os anos de 2006 e 2007, a ausência de material didático mais especializado seria apontado como o principal responsável pela não implementação da Lei 10.639/03. No caso de São Francisco do Conde, a SEDUC entregou aos docentes a coleção “A África está em nós” de Roberto Benjamin, publicada pela editora Grafset.

Figura 1 - Capa da Coleção “A África está em nós”



Fonte: https://www.estantevirtual.com.br/hamurabilivraria2/roberto-benjamin-a-africa-esta-em-nos-1621595720?show_suggestion=0

Mesmo com as limitações em relação ao conteúdo de História da África no período pré-colonial, assim como nas contribuições da população desse continente nas diversas áreas do conhecimento, o livro em questão passou a prestar um auxílio importante ao público docente, na medida que passou a orientar parte das discussões que seria desenvolvida a partir daquele momento.

Em paralelo a isso, e procurando ainda nortear os professores para o ensino da disciplina EABA, a SEDUC criou o Núcleo de Estudos sobre São Francisco do Conde e Africanidades. Esse núcleo se responsabilizou pela criação de cartilhas sobre os assuntos e conteúdos propostos pelas *Diretrizes* de 2004, principalmente acerca da presença e da influência africana na História e nos aspectos sociais e culturais do município de São Francisco do Conde. Também, na Jornada Pedagógica do início do ano de 2007, todos os professores e professoras da rede pública municipal receberam o livro *São Francisco do Conde, resgate de uma riqueza cultural* (1998), de autoria do geógrafo franciscano José Jorge do Espírito Santo.

Figura 2 - Capa do Livro “São Francisco do Conde, resgate de uma riqueza cultural, 1998



Fonte: Pessoal.

Nessa obra, mostra-se o quanto a riqueza cultural do município carrega a forte influência da ancestralidade africana. Houve ainda, entre os anos de 2006 a 2007, a preocupação da SEDUC em concretizar uma parceria com a Universidade do Estado da Bahia, o que permitiu que diversos docentes que lecionam na época a disciplina de História passassem a receber formação continuada na área de Estudos Africanos e Afro-brasileiros para poder ministrar as aulas da nova disciplina criada (ALMEIDA, 2010).

Logo após, em 2008, o componente curricular passou por uma reestruturação, pois se percebeu a necessidade de dar mais significado à ancestralidade negra do município. Nesse sentido, a disciplina EABA passou a ser denominada “História sobre São Francisco do Conde e Africanidades (HSSFCA)”. Com o surgimento da Lei 11.645/2008 e a obrigatoriedade do ensino da História e cultura indígena, a Secretária de Educação de São Francisco do Conde

promoveu uma nova alteração no componente curricular, o qual passou a ser denominado “História Social e Cultura Afro-Indígena (HSCAI)”. Esse novo componente seria responsável por abranger e relacionar os conteúdos sobre a História africana, afro-brasileira, indígena e franciscana.

No ano de 2014, a SEDUC renomeou o componente curricular, o qual passou a se chamar “História Social, Cultural, Afro-brasileira e Indígena (HSCABI)”, preservando, no entanto, o seu propósito de perseguir as orientações presentes nas *Diretrizes* de 2004 e nas Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008. Quando se iniciou o processo de elaboração do Referencial Curricular Franciscano (RCF), este componente deixou de existir. Indicou-se que a sua saída do currículo era motivada pela proposta de se promover essas discussões a partir de uma maior interdisciplinaridade. Todas as disciplinas deveriam, de acordo com o que se propunha para o RCF, contemplar os estudos sobre as populações africanas, afro-brasileiras e indígenas.

Nota-se, desse modo, que as diversas equipes que passaram pela Secretaria de Educação do município de São Francisco do Conde desde, ao menos, a promulgação da Lei 10.639/03, demonstraram um interesse em promover mudanças no currículo escolar de modo que se pudesse promover ao público estudantil uma maior consciencialização acerca da sua ancestralidade, sobretudo a negra. Mesmo o ambiente onde atualmente se encontra disposto o município de São Francisco do Conde servindo de moradia para muitos índios, essas disciplinas sempre procuraram ressaltar de modo mais prevalente o papel, as contribuições e o legado deixado pelos negros escravizados que aqui aportaram.

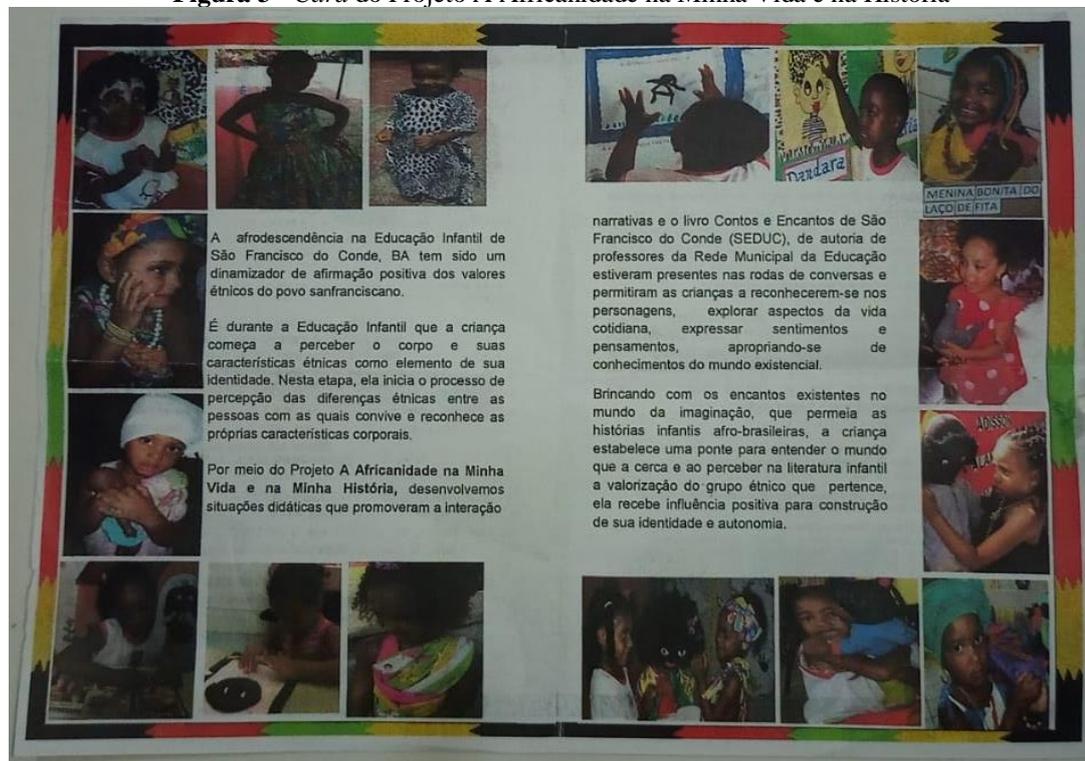
Muitas dessas contribuições seriam apresentadas pelos próprios estudantes por meio de mostras culturais (SOUSA e DIAS, 2010). Essa importante implementação da História Local no currículo escolar da Educação Básica possibilita que o estudante aprenda no contexto social em que encontra-se inserido, estimulando-o a conectar o que aprendeu sobre o passado com o presente, com o que se encontra no seu entorno. Quando os conteúdos estudados não se distanciam das experiências vivenciadas pelo aluno, as aulas de História podem ser mais, interativas, dinâmicas e significativas. Isso permite que os estudantes se sintam sujeitos ativos na História da sua cidade, da sua comunidade.

O município, ao promover essas discussões por meio das disciplinas mencionadas aqui anteriormente, pretendia ir além do ideal de que em São Francisco do Conde as populações negras estavam restritas aos espaços de produção da cana de açúcar. Muitos outros espaços acabaram sendo ocupados. Há muitos outros legados, e o patrimônio material e imaterial deveria revelar isso. Segundo Souza e Dias (2010, p. 33):

[...] introduzir as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas e suas histórias no espaço escolar em São Francisco do Conde é democratizar este espaço com outros saberes, outras formas de perceber o mundo, outras formas de pensar a realidade construída pelo colonizador. É pensar outra disciplina escolar, outras relações de poder entre o professor e os estudantes, construindo um ambiente escolar diverso e plural, nas suas abordagens e nos olhares para o sucesso e fracasso escolar.

Com a intenção de promover a valorização da população negra, a qual representava a ampla maioria da população residente em São Francisco do Conde, se distribuiu, na “Semana da Criança” do ano de 2009, e por meio do Programa “Aprender Brincando”, bonecas negras entre as estudantes da Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Tratava-se de uma demonstração de que existiam bonecas com características iguais ou parecidas à maioria das crianças e adolescentes de São Francisco do Conde; o Censo do IBGE de 2010 atestaria que mais de 90% da população residente neste município se identificou enquanto preta ou parda. Tal realidade possibilitou que São Francisco do Conde passasse a ser conhecida como a cidade que apresentava o maior percentual de pessoas negras fora da África. Essa ação foi demandada no projeto “A Africanidade na Minha Vida e na História”. Que será demonstrado da figura a seguir:

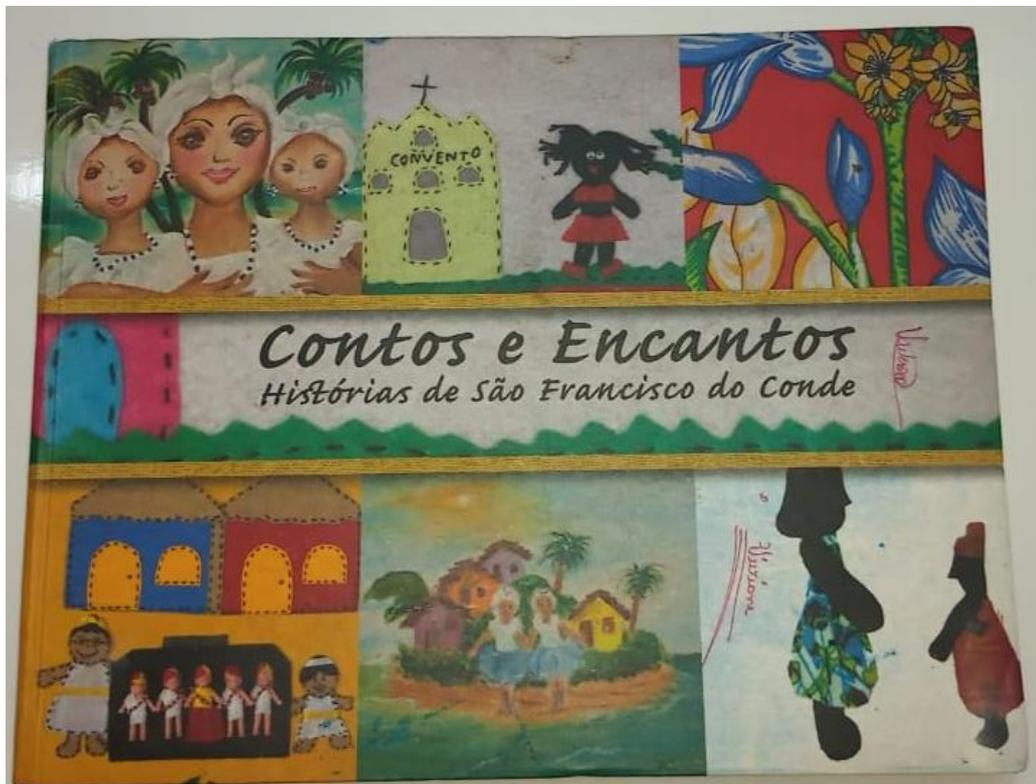
Figura 3 - Card do Projeto A Africanidade na Minha Vida e na História



Fonte: Pessoal.

Para IABEPE (2013, p. ?) com a iniciativa de distribuir bonecas negras pretendia combater uma prática recorrente de presentear as crianças apenas com bonecas loiras e de olhos azuis, o que poderia causar consequências drásticas em relação à identidade das crianças e dos adolescentes do município. Neste mesmo contexto, o currículo pedagógico passou a possibilitar momentos importantes de formação continuada aos professores/as de todos segmentos por meio do “Projeto Africanidade” que culminou no ano 2011, na elaboração da obra “Contos e Encantos Histórias de São Francisco do Conde”, que neste incluíam um conto “A Nega Maluca do Conde” que foi iniciativa da formação continuada “A Africanidade na Minha Vida e na História”.

Figura 4 - Coleção Contos e Encantos Histórias de São Francisco do Conde, 2011



Fonte: Pessoal.

Nota-se que nesse momento a SEDUC passou a ampliar os estudos sobre um personagem cultural de São Francisco muito conhecido: a “Nega Maluca”. Foram realizadas muitas apresentações para e pelos estudantes da rede, sempre apoiados no ideal de que a Nega Maluca “representava a comunidade e a beleza negra franciscana”. Tal iniciativa acabou possibilitando, pouco depois, a criação de outras atividades educacionais como, por exemplo,

a elaboração de uma obra composta por cinco contos, entre os quais estava “A Nega Maluca do Conde”, que narra a História do surgimento dessa personagem no município.

Figura 4 - Personagem “Nega Maluca” de São Francisco do Conde, 2019



Fonte: <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/cidade/cultura/>

A personagem denominada “Nega Maluca” se constituiu, como se pode notar na imagem acima, em um homem negro travestido. Mesmo sendo enquadrado como um *blackface*, essa personagem vem sendo reconhecida como elemento da cultura local do município, apesar dos estereótipos que ela apresenta. Não só em São Francisco do Conde, mas ainda em muitos outros municípios do Brasil, existem manifestações culturais populares que, no lugar de combater o racismo e o preconceito, distorcem o processo de identidade, se aliando ao modelo do patriarcado e aos ideais dos colonizadores. Mesmo mostrando-se preocupada em implementar as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a SEDUC, ao menos nesse momento, promoveu o desenvolvimento e a valorização de um personagem que procurava consolidar os estereótipos imputados aos negros.

Nesse sentido, o modo como a representação da Nega Maluca era salientada pela SEDUC contrariava o próprio cumprimento da Lei 10.639/2003, pois o personagem em questão corresponde a uma construção social promovida por pessoas da elite que procuravam caracterizar as pessoas negras como analfabetas, bêbadas e dotadas de vocabulário pobre, vulgar, sempre por meio de pequenas encenações teatrais públicas.

Oliveira e Silva (2020), o *blackface* como prática objetiva e demonstrar negros/as como pessoas intelectualmente inferiores aos brancos. Todo este pensamento tem seu início, nos

Estados Unidos, quando os/as negros/as recém emancipados/as passaram a exigir seus direitos civis, os brancos acreditam que estes/as estão cometendo hostilidade racial. Em contraposição, os homens brancos passaram a se apresentarem em shows de menestréis com práticas teatrais em que atores brancos coloriam suas peles com verniz para sapatos, tinta para graxa ou carvão de cortiça, para representarem personagens negros de forma vexatória e exagerada, além de preguiçosos, alcoólatras e analfabetos, estimulando o humor e a zombaria àqueles, uma vez que essas caricaturas adentravam ao imaginário americano, reforçando estereótipos.

No ano de 2017, a Rede Jovem de Candomblé (Orooni), o Coletivo de Entidades Negras, a UNILAB (Campus dos Malês) e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) lançaram uma nota de repúdio em relação ao uso do personagem “Nega Maluca” nas unidades escolares do município de São Francisco do Conde. Na ocasião, requereu-se o imediato cancelamento das apresentações nas escolas, com a alegação de que o mencionado personagem estaria a sexualizar, deturpar e reproduzir uma visão racista e machista da ancestralidade negra nacional.

Houve muita polêmica no município, pois a maioria da população não entendia os questionamentos e as críticas colocadas pelas entidades mencionadas acima. Em um primeiro momento, causou espanto o modo como o assunto acabou sendo discutido e repercutido nos espaços escolares. Todavia, apesar das polêmicas, muitas pessoas, principalmente o corpo docente e diretivo da rede, passaram a conhecer mais sobre a Lei 10.639/2003.

Toda essa polêmica estimulou o surgimento de novas propostas, de modo a valorizar sobretudo a História Local. No ano de 2013, a SEDUC, em parceria com a Secretaria de Cultura, lançou a I Feira Literária de São Francisco do Conde, a qual contou com a participação massiva dos estudantes da rede municipal e da comunidade do seu entorno.

No ano 2019, a SEDUC inicia o movimento de elaboração de um Referencial Curricular Franciscano (RCF). O documento, o qual viria a ser publicado somente no ano 2021, contou com a colaboração e participação da comunidade de São Francisco do Conde, de docentes da rede, de docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e de estudantes da rede e da UNILAB.

O processo de discussão e elaboração se desenvolveu de modo democrático. Nos primeiros encontros, os coordenadores discutiram muito sobre a importância de um currículo e como essa construção estava atrelada a atual BNCC. Logo em seguida, os interessados em participar e colaborar com a criação do RCF entraram em Grupos de Trabalhos (GTs), os quais divididos de acordo com a área de conhecimento. Houve ainda os GTs Intercurriculares, que se responsabilizaram em se debruçar sobre os componentes curriculares da BNCC e do

Referencial Curricular da Bahia. Os GTs atuaram sobretudo no sentido de complementar esses dois documentos, agregando-os com os saberes e os conteúdos que mais se relacionavam com a História de São Francisco do Conde.

Uma das alterações propostas seria a alteração da data do desfile cívico, passando de sete de setembro para dois de julho. Segundo o Secretário de Educação, o senhor Marivaldo do Amaral, essa mudança permitiria exaltar ainda mais a participação do povo de São Francisco do Conde no processo de Independência do Brasil e da Bahia.

No capítulo a seguir, serão descritas as modificações realizadas na documentação da BNCC e do RCB para a elaboração do RCF. Todavia, iremos perceber quais as mudanças nas unidades temáticas (BNCC e RCB) por saber (RCF), os objetos de conhecimentos (BNCC e RCB) por saber-ser (RCF) e habilidades (BNCC e RCB) por saber-fazer (RCF) e dialogar sobre essas mudanças.

4 CAPÍTULO: O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO (RFC)

No ano de 2015, com o intuito de orientar acerca do que deveria ser ensinado nas escolas do município, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Francisco do Conde elaborou o documento denominado: Matriz Básica do Referencial Curricular para o Ensino Fundamental Anos Finais. Na ocasião, considerou-se não apenas as propostas curriculares produzidas pelo Ministério da Educação, mas ainda as análises e os dados produzidos acerca da educação municipal, por meio das seguintes avaliações: IDEB, ANA, Prova Brasil e Provinha Brasil.

Nesse sentido, consta no documento os eixos temáticos, as competências e as habilidades e os conteúdos a serem ministrados em cada ano do Ensino Fundamental (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2015). Em relação ao componente escolar de História, as aulas e os conteúdos estariam divididos em duas disciplinas: História Social e História Geral. Na primeira, os conteúdos dialogam mais estreitamente com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e com a História Local. Já os conteúdos da disciplina de História Geral seriam aqueles elencados nos Parâmetros Curriculares Nacionais - História.

Em relação aos objetivos do ensino de História, consta que

os alunos deverão ser capazes de: identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços; situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos; reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar; compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas; conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais; questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação; dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos; valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades. (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2015, p. ?)

Com a aprovação da BNCC e a necessidade de se elaborar um novo currículo para o município, alguns docentes responsáveis sobretudo pela disciplina de História viram a oportunidade de incluir ainda mais conteúdos sobre a História Local e Regional. O RCF assumiria:

de forma explícita a necessidade de, responsável e formacionalmente, interdisciplinarizar, multirreferencializar e transversalizar os diversos saberes para que currículos possam habitar o contemporâneo, afinal educamos para compreender e protagonizar um presente (in)tensamente conectado, muitas vezes paradoxal, contraditório e (in)tensamente ambivalente, mas que não dispensa a esperança em educarmos para competência e dignidade humanas (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2021, p. 19)

Toda a sua construção encontra-se respaldada na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9.394/96); na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Na perspectiva municipal, a necessidade da sua elaboração encontra-se registrada no Plano Municipal de Educação, regulamentado pela Lei Municipal Nº 398/2015, e na Lei 540/2018 (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2021).

Apesar do processo político eleitoral franciscano abranger as diversas esferas na localidade, não influencia tanto no processo educacional dentro das escolas, pois os/as professores/as continuam executados e aplicando seu programa elaborado para o processo educacional, principalmente, nas políticas afirmativas raciais. Neste contexto, a educação escolar franciscana com a construção de seu RCF segue as políticas educacionais que regem a educação brasileira desde da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, segue as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, principalmente, tentando associar todo seus objetos de conhecimentos através da sua História Local, com este propósito através da BNCC e RCB, na oportunidade agregando sua história local.

O RCF atinge os envolvidos na educação sendo ela diretamente ou indiretamente. Na reformulação de seu currículo vai atingir os/as professores/as, coordenadores/as, gestores/as, alunos/as, comunidade local, ou seja, toda comunidade educacional. Principalmente, que a maioria de seus/suas docentes não são da localidade trabalharam neste município não reconhecendo seu processo educacional, sua profissionalização só se iniciaram a partir do ano de 2017, quando foram convocados/as através de concurso público realizado em 2016.

RCF apresenta uma discussão pautada na educação para as relações étnico-raciais, colocando os movimentos sociais negros e indígenas como protagonistas da luta por uma escola que respeitasse a multiplicidade epistemológica e o respeito a identidade e a História de cada povo. Nesse sentido, além de dialogar com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, constam no documento algumas orientações de como os professores podem proporcionar uma educação plural, que não minimize ou acoberte a atuação desses importantes sujeitos na História do Mundo, do Brasil, da Bahia e, em especial, de São Francisco do Conde:

Selecione livros de literatura que retratem em sua narrativa a história dos povos indígenas e africanos; observe se a história as ilustrações são positivas, uma vez que podem conter estereótipos racistas; Estudar a África na sala de aula, a fim de desconstruir visões reduzidas e equivocadas do continente; Estudar diferentes contextos africanos, como reinos, impérios e comunidades e contribuições científicas e tecnológicas para a humanidade. Desconstruir a ideia de “tribos” utilizadas para se referir às sociedades do continente; Possibilitar que os alunos tenham conhecimento acerca das contribuições africanas e indígenas para a medicina, arquitetura, matemática e etc. Pesquisar sobre as diferentes contribuições dos povos africanos e indígenas dentro da sociedade brasileira e no mundo; Combater o racismo religioso por meio de projetos que valorizem as diferentes manifestações religiosas; Levar para sala de aula a participação africana e indígena na música, artes, manifestações culturais e lutas; Apresente para os alunos personalidade negras e indígenas reconhecidas nacionalmente e mundialmente; Promova atividades culturais que busquem valorizar a arte negra e indígena, bem como os estudante que a produz; Levar o debate racial para sala”. (SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2021, p. 69).

No RCF (2021), na parte que aborda a Educação Quilombola Escolar, existe a mesma orientação no sentido de valorizar o ensino de História e da cultura africana, afro-brasileira e indígena. O RCF pretende possibilitar a valorização de pessoas que são conscientemente esquecidas nas páginas da História, principalmente nos espaços escolares. Em relação ainda a Educação Quilombola Escolar, por exemplo, existe a necessidade de valorizar os saberes, a cultura e a tradição oral das comunidades remanescentes de quilombo do Monte Recôncavo e do Dom João, ambas situadas em São Francisco do Conde.

Trata-se de uma educação voltada para a descolonização dos saberes, que procura romper com os paradigmas eurocêntricos na escrita da História e que, por isso, combate o racismo e promove a igualdade racial. Há o estímulo para que os estudantes conheçam, resgatem e valorizem os movimentos culturais do seu povo, o sentimento de pertencimento e empoderamento, a construção da autoestima, o reencontro com a sua ancestralidade e a sua identidade.

Nota-se, desse modo, como o RCF encontra-se relacionado com a História da sua população, parte considerável dela de ancestralidade negra. Em relação aos conteúdos que correspondem mais estreitamente ao componente curricular de História, eles estavam, desde o ano de 2006, divididos entre História Geral e História Social. Levando em consideração que, nos debates que antecederam a aprovação do RCF, acordou-se que outras disciplinas deveriam se preocupar em abordar ainda o ensino de História e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, a disciplina de HSCABI acabou sendo eliminada do currículo. Na prática, desde a aprovação do RCF, a disciplina de História vem assumindo isoladamente o compromisso que antes era de HSCABI.

No atual contexto de pandemia, a implementação do RCF encontra-se plenamente comprometida. Não existe qualquer diálogo entre a SEDUC e o corpo docente sobre como

implementar na prática o novo currículo escolar de São Francisco de Conde. Todos os avanços, discussões e decisões importantes adotadas durante a elaboração do RCF vão se deteriorando. Esquecido, percebe-se que o RCF vem sendo substituído, nesse contexto de isolamento social, por conteúdos isolados, sem uma sequência lógica e que pouco se relaciona com a História Regional e Local do Recôncavo Baiano e do município.

O processo de elaboração e aprovação do RCF não resultou ainda na criação de um manual didático-pedagógico ou de um módulo/cartilha que permita orientar o professor na sua implementação. Tão pouco que permita relacionar os eventos mundiais e nacionais com a História do município. Em relação aos conteúdos de História indicados no RCF, observou-se que não existiu uma revisão dos conteúdos indicados anteriormente pela BNCC. Tanto as unidades temáticas como os objetos de conhecimentos e as habilidades estão desorganizados. Inclusive, alguns deles apresentam códigos que não condizem com os apresentados na BNCC ou no Referencial Curricular Baiano; uma situação absurda se considerarmos a importância desse documento para a educação municipal. No caso do RCB, toda a modificação de um tópico da habilidade na BNCC foi identificada e quando criada uma habilidade teve um código regional sendo atribuído. Quando foi observada a documentação do RCF, foi percebido que diversos códigos criados na BNCC e no RCB, foi reutilizado na documentação do RCF teve seus códigos trocados que não deveria ser associado a tal saber-fazer e em alguns casos utilizou mudanças realizadas no RCB utilizando códigos da BNCC.

Foi observado que os campos apresentados no Referencial Curricular Franciscano (RCF) levaram nomes diferentes do que foram demonstrados na BNCC e seguido pela RCB, como: no campo unidades temáticas definidas na BNCC e RCB já no RCF foi nomeado como saber, os objetos de conhecimentos (BNCC e RCB) foi modificado saber-ser (RCF) e habilidades (BNCC e RCB) por saber-fazer (RCF). E também, inclui outros campos que ajudam os/as professores/as a seguir quando for realizar seus planos de aula e em seus ensino na sala de aula, os campos são: princípios metodológicos, expectativas de aprendizagem, avaliação formacional e articulações curriculares.

Para Macedo (2018), estas mudanças nos campos que levou o nome nos campos de saberes teve como base nos estudos teóricos, ações formativas e trabalhos de intervenção curricular, a Teoria Etnoconstitutiva de Currículo (TEEC), pautado nas questões do currículo e sua complexa articulação com as problemáticas da cultura e da formação. É a partir da alteração (ação-com-o-outro) que se devem mudar realidades e sistematizar saberes. Nisto nomeou os campos do RCF com saberes na visão de Roberto Sidnei Macedo.

Visando uma melhor análise da relação entre os conteúdos da BNCC, do RCB e do RCF, criei a Tabela 1. Nela, apresento as unidades temáticas da BNCC e do RCB, as quais são apresentadas no RCF enquanto saber:

Tabela 1 - Unidades Temáticas (BNCC e RCB) / Saber (RCF)

Unidade Temática/Saber			
Ano	BNCC (Unidades Temáticas)	RCB (Unidades Temáticas)	RCF (Saber)
6º	<ul style="list-style-type: none"> ● História: tempo, espaço e formas de registros; ● A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades; ● Lógicas de organização política; ● Trabalho e formas de organização social e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> ● História: tempo, espaço e formas de registros; ● A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades; ● Lógicas de organização política; ● Trabalho e formas de organização social e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Tempo, espaço e formas de registros; ● O mundo clássico e a consonância com outras sociedades ● Organização política no mundo clássico; ● Trabalho e formas de organização social e cultural; ● O mundo Medieval.
7º	<ul style="list-style-type: none"> ● O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias; ● Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo; ● A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano; ● Lógicas comerciais e mercantis da modernidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ● O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias; ● Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo; ● A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano; ● Lógicas comerciais e mercantis da modernidade; 	<ul style="list-style-type: none"> ● O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias; ● Humanismos, Renascimentos e o Novo Mundo; ● O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial**; ● Conexões comerciais e mercantis da modernidade; ● Crise do sistema colonial**.
8º	<ul style="list-style-type: none"> ● O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise; ● Os processos de independência nas Américas; ● O Brasil no século XIX; ● Configurações do mundo no século XIX; 	<ul style="list-style-type: none"> ● O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise; ● Os processos de independência nas Américas; ● O Brasil no século XIX; ● Configurações do mundo no século XIX; 	<ul style="list-style-type: none"> ● O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise; ● Os processos de independência nas Américas; ● O Brasil no século XIX; ● Configurações do mundo no século XIX;
9º	<ul style="list-style-type: none"> ● O nascimento da República no Brasil e os 	<ul style="list-style-type: none"> ● O nascimento da República no Brasil e os 	<ul style="list-style-type: none"> ● O nascimento da República no Brasil e os

	processos históricos até a metade do século XX; <ul style="list-style-type: none"> ● Totalitarismos e conflitos mundiais; ● Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946; ● A história recente. 	processos históricos até a metade do século XX; <ul style="list-style-type: none"> ● Totalitarismos e conflitos mundiais; ● Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946; ● A história recente. 	processos históricos até a metade do século XX; <ul style="list-style-type: none"> ● Totalitarismos e conflitos mundiais; ● Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946; ● A história recente.
--	---	---	---

*Modificações no RCB ** Modificações no RCF

Fonte: BRASIL (2018); BAHIA (2018); SÃO FRANCISCO DO CONDE (2021).

Nota-se que em relação às *Unidades Temáticas* ou ao *Saberes*, o RCB seguiu repetiu exatamente o que consta na BNCC; não existe qualquer mudança, nem mesmo nas palavras e nos conceitos empregados nesses dois documentos. O mesmo acontece praticamente em relação ao RCF. Houve apenas, em relação ao saber a ser ensinado ao sexto ano, uma adaptação do conteúdo “O Mundo Medieval”. Na BNCC, esse conteúdo aparece como um objeto de conhecimento, enquanto que no RCF aparece como saber, recebendo assim um maior destaque.

Já nos saberes a serem ensinados ao sétimo ano do Ensino Fundamental, percebe-se que a RCF antecipa um objeto de conhecimento que, na BNCC, seria ensinado somente no oitavo ano. Trata-se do saber “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”. Essa antecipação pode ser motivada pela necessidade de complementar os estudos sobre São Francisco do Conde, principalmente em relação à produção da cana de açúcar nos engenhos e aos povos escravizados que ali viviam durante o período da América Portuguesa e do Brasil Independente. Nesse mesmo ano, os estudantes, de acordo com RCF, entrarão em contato com as discussões sobre a “Crise do Sistema Colonial”. Em relação aos saberes indicados para o oitavo ano, percebe-se a ausência de um conteúdo importante: “Os processos de Independência nas Américas”. É de supor que ocorreu um erro no ato da digitação do documento.

Na Tabela 02, apresentada a seguir, demonstro os Objetos de Conhecimento e as Habilidades apresentados nas BNCC, RCB e RFC. Tenho, por meio dela, a intenção de apontar as mudanças operadas nesse campo nos mencionados documentos:

Tabela 2 - Análise do campo objetos de conhecimento (saber-ser) e habilidades (saber-fazer)

Objetos de Conhecimento / Habilidades	
OBJETOS DE CONHECIMENTO (SABER-SER)	HABILIDADES (SABER-FAZER)
6º ANO	
A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias	(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).
Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico	(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.
As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização	<p>(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.</p> <p>(EF06HI03**) Identificar as hipóteses sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade técnica e geográfica**, analisando os significados dos mitos científicos e místicos-religiosos de fundação, salientando a diferença entre o conhecimento elaborado pelo senso-comum e o elaborados pelas instituições científicas.</p> <p>(EF06HI04) Conhecer e analisar as teorias sobre a origem do homem americano.</p> <p>*(EF06HI01BA) Conhecer, identificar, localizar e valorizar os sítios arqueológicos do estado da Bahia.</p> <p>(EF06HI04**) Conhecer e analisar as teorias sobre o povo franciscano, baiano e americano, relevando os aspectos geográficos-navais de migração e econômicos da região, além de espaços arquitetônicos locais.</p> <p>(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.</p> <p>(EF06HI05**) Descrever modificações históricas da população humana na natureza e na paisagem, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, enfocando a apropriação e o silenciamento dos saberes desses povos, após o surgimento da ciência moderna.</p> <p>(EF06HI06) Identificar geograficamente, as rotas de povoamento no território americano e as rotas de deslocamento de migração do território africano.</p> <p>(EF06HI06**) Identificar geograficamente, as rotas de povoamento no território americano, as rotas de deslocamento de migração do território africano e as rotas de povoamento do território brasileiro (baiano e de São Francisco do Conde)</p>
Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente	(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro

<p>Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos)</p> <p>Os povos indígenas originários do atual território brasileiro (especificamente do território baiano e do seu Recôncavo)** seus hábitos culturais e sociais</p>	<p>das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.</p> <p>(EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras.</p>
<p>O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma</p>	<p>(EF06HI09) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, seu alcance e limite na tradição ocidental, assim como os impactos sobre outras sociedades e culturas.</p> <p>(EF06HI09**) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica em sua temporalidade, seu alcance e limite na tradição ocidental e cristã, com enfoque nas diversas formas de contabilizar e perceber o tempo (calendários).</p> <p>** (EF06HI01SFC) Caracterizar aspectos religiosos na formação da Grécia, Roma e Egito: gnosticismo, cristianismo, politeísmo e antropomorfismo, relacionando-os à formação dos poderes políticos locais.</p> <p>** (EF06HI01SFC) Descrever historicamente a formação da propriedade privada, do Estado, da família e da divisão do trabalho a partir das civilizações clássicas como Egito, Grécia e Roma, comparando às sociedades gentílicas, tribais e nômades anteriores, com foco crítico no conceito de pré-história.</p>
<p>As noções de cidadania e política na Grécia e em Roma</p> <ul style="list-style-type: none"> • Domínios e expansão das culturas grega e romana • Significados do conceito de “império” e as lógicas de conquista, conflito e negociação dessa forma de organização política <p>As diferentes formas de organização política na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades linhageiras ou aldeias</p>	<p>(EF06HI10) Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.</p> <p>(EF06HI11) Caracterizar o processo de formação da Roma Antiga e suas configurações sociais e políticas nos períodos monárquico e republicano.</p> <p>(EF06HI011**) Caracterizar o processo de formação da Grécia Antiga e suas configurações sociais e políticas dos períodos micênico, arcaico, clássico salientando as transformações derivadas do império grego com aspectos artísticos, filosóficos, mitológicos e arquitetônicos, comparados à Roma. (junção 10 e 11)</p> <p>(EF06HI12) Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas.</p> <p>(EF06HI012**) Analisar o conceito de cidadania e a construção do conceito de democracia associando às dinâmicas de inclusão e exclusão com enfoque em questões identitárias que fomentavam discussões sobre anacronismo e valores como xenofobia, machismo, escravismo, e imperialismo.</p> <p>(EF06HI13) Conceituar “império” no mundo antigo, com vistas à análise das diferentes formas de equilíbrio e desequilíbrio entre as partes envolvidas.</p> <p>(EF06HI012**) Associar os diversos fatores interrelacionados à queda do império romano, ressaltando aspectos religiosos, econômicos,</p>

	geográficos e políticos.
A passagem do mundo antigo para o mundo medieval A fragmentação do poder político na Idade Média	(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos, espaços e contextos históricos.
O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio	(EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.
Senhores e servos no mundo antigo e no medieval Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África e no Mundo Islâmico) Lógicas comerciais na Antiguidade romana e no mundo medieval	*(EF06HI02BA) Compreender a organização social, cultural, econômica e política do feudalismo como marcos do período medieval. ** (EF06HI01SFC) Compreender a organização social, cultural, econômica e política do feudalismo como marcos do período medieval. (EF06HI16) Caracterizar e comparar as dinâmicas de abastecimento e as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos. *(EF06HI03BA) Compreender e analisar o trabalho livre e o trabalho escravo no mundo antigo, discutindo-os nos diferentes tempos e temporalidades. ** (EF06HI02BA) Compreender e analisar o trabalho livre e o trabalho escravo no mundo antigo, discutindo-os nos diferentes tempos e temporalidades. (EF06HI17*) Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo, relacionando-os com as relações de trabalho da atualidade.
O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média	(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social, política e econômica no período medieval.
O papel da mulher na Grécia e em Roma e no período medieval	(EF06HI19*) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo, nas sociedades medievais, nas sociedades africanas e outras culturas europeias da antiguidade, comparando-os aos dias atuais.
7º ANO	
A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno	(EF07HI01) Explicar o significado de “modernidade” e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia. (EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico. ** (EF07HI01SFC) Identificar os principais resultados culturais da longa permanência dos árabes na Península Ibérica”.
Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial	(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as

	<p>formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.</p> <p>(EF07HI03**) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas (indígenas nas terras brasileira e no recôncavo baiano) antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.</p>
<p>Humanismos: uma nova visão de ser humano e de mundo</p> <p>Renascimentos artísticos e culturais</p>	<p>(EF07HI04*) Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos e analisar seus significados e influências além-mar, presentes na atualidade.</p>
<p>Reformas religiosas: a cristandade fragmentada</p>	<p>(EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América.</p>
<p>As descobertas científicas e a expansão marítima</p>	<p>(EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI.</p>
<p>A formação e o funcionamento das monarquias europeias: a lógica da centralização política e os conflitos na Europa</p>	<p>(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política</p>
<p>A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos (Confederação dos Tamoios)**, dominação e conciliação</p>	<p>(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências.</p> <p>*(EF07HI01BA) Diferenciar o conceito de conquista e de colonização.</p> <p>** (EF07HI09) Diferenciar o conceito de conquista e de colonização.</p> <p>(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.</p>
<p>A estruturação dos vice-reinos nas Américas</p> <p>Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa</p>	<p>(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.</p> <p>*(EF07HI02BA) Discutir a escravidão indígena e as leis indigenistas no Brasil Colonial, relacionando-as com a legislação vigente.</p> <p>** (EF07HI012) Discutir a escravidão e a tentativa de extermínio da população indígena no recôncavo baiano e as leis indigenistas no Brasil Colonial, relacionando-as com a legislação vigente.</p> <p>(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.</p> <p>(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnicocultural (indígena, africana, europeia e asiática).</p> <p>*(EF07HI03BA) Analisar a diversidade étnico-racial e étnicocultural no território em que reside, por meio de hábitos e costumes (alimentação, festas e festejos; moda) e pelas relações entre povos e etnias (indígena, africana e europeia).</p>

	** (EF07HI014) Analisar a diversidade étnico-racial e étnicocultural no território em que reside, por meio de hábitos e costumes (alimentação, festas e festejos; moda) e pelas relações entre povos e etnias (indígena, africana e europeia).
As lógicas mercantis e o domínio europeu sobre os mares e o contraponto oriental	(EF07HI13*) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico e o modo de produção agrária implantado na Bahia*, especificamente em seu recôncavo** . (EF07HI14*) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas, analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente, relacionando a globalização do passado e a atual e os impactos na relações étnico raciais.
As lógicas internas das sociedades africanas As formas de organização das sociedades ameríndias A escravidão moderna e o tráfico de escravizados	(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval. (EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.
A emergência do capitalismo	(EF07HI17) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo. *(EF07HI04BA) Comparar e relacionar feudalismo, mercantilismo e capitalismo.
O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	** (EF07HI04SFC) Identificar as formas de resistência dos africanos e afrodescendentes visando à extinção do trabalho escravo, com ênfase para os quilombos (o novo conceito de quilombo pós 1988). ** (EF07HI03SFC) Reconhecer que a formação das sociedades contemporâneas é resultado de interações e conflitos de caráter econômico, político e cultural. (EF07HI014) Identificar as principais revoltas e rebeliões do período regencial, suas características, objetivos e resultado
Período colonial e suas mudanças**	** (EF07HI015) Identificar os principais fatores que levaram à crise do Sistema Colonial no Brasil.
8º ANO	
A questão do iluminismo e da ilustração	(EF08HI01) Identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo.
As revoluções inglesas e os princípios do liberalismo	(EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa.
Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas	(EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos

	e culturas.
Revolução Francesa e seus desdobramentos	(EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.
Rebeliões na América portuguesa: as Conjurações Mineira e Baiana (participação franciscana**)	(EF08HI05*) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas, especialmente na Bahia, com os motins e levantes na Bahia colonial. *(EF08HI01BA) Identificar os objetivos da Revolta dos Búzios e relacioná-los aos ideários da Revolução Francesa.
Independência dos Estados Unidos da América Independências na América espanhola • A revolução dos escravizados em São Domingo e seus múltiplos significados e desdobramentos: o caso do Haiti Os caminhos até a independência do Brasil (Consolidação da Independência do Brasil na Bahia, o 2 de julho**)	(EF08HI06) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões. (EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais. (EF08HI08) Conhecer o ideário dos líderes dos movimentos independentistas e seu papel nas revoluções que levaram à independência das colônias hispano-americanas. (EF08HI09) Conhecer as características e os principais pensadores do Pan-americanismo. (EF08HI10) Identificar a Revolução de São Domingo como evento singular e desdobramento da Revolução Francesa e avaliar suas implicações. (EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti. *(EF08HI02BA) Analisar os movimentos pela independência nas províncias brasileiras e a guerra pela independência do Brasil na Bahia. (EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira. (EF08HI13) Analisar o processo de independência em diferentes países latino-americanos e comparar as formas de governo neles adotadas.
A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão	(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.
Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder central O Brasil do Segundo Reinado: política e economia A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado (A Lei e a população Negra**) Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. *(EF08HI03BA) Analisar a Revolta dos Malês e seus objetivos e consequências, no contexto do período regencial brasileiro.

	<p>** (EF08HI016) Analisar a Revolta dos Malês e seus objetivos e consequências, no contexto do período regencial brasileiro.</p> <p>(EF08HI16*) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, a partir da análise da Revolta da Sabinada**.</p> <p>(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.</p> <p>(EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.</p>
O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	<p>(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.</p> <p>*(EF08HI03BA) Analisar e discutir as formas de enfrentamento adotadas pelos escravizados para resistir à escravidão.</p> <p>** (EF08HI020) Analisar e discutir as formas de enfrentamento adotadas pelos escravizados para resistir à escravidão.</p> <p>*(EF08HI04BA) Caracterizar e contextualizar a formação de quilombos no Brasil, identificando comunidades remanescentes no território a que pertence, relacionando as contribuições destas para a preservação identitária.</p> <p>(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.</p>
Políticas de extermínio do indígena durante o Império	(EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.
A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil	(EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.
Nacionalismo, revoluções e as novas nações europeias	(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.
Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais (Retirado RCF)	(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica.
Os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX (Retirado do RCF)	(EF08HI25) Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX.
O imperialismo europeu e a partilha da África e da Ásia	(EF08HI26) Identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.
Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e	(EF08HI27) Identificar as tensões e os significados

<p>racismo</p> <p>O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de comunidades e povos indígenas</p> <p>A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória</p>	<p>dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas.</p>
9º ANO	
<p>Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo</p> <p>A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos</p>	<p>(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.</p> <p>*(EF09HI01BA) Analisar e relacionar os impactos dos movimentos sociais (Canudos, Cangaço, entre outros) inseridos no contexto do sertão nordestino, no início da República brasileira.</p> <p>** (EF09HI02) Analisar e relacionar os impactos dos movimentos sociais (Canudos, Cangaço, entre outros) inseridos no contexto do sertão nordestino, no início da República brasileira</p> <p>(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e territorial até 1954. (A importância da Escola Agrícola para a Bahia e seu Recôncavo e os impactos da emancipação política de São Francisco do Conde)**.</p>
<p>A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição</p> <p>Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações</p>	<p>(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.</p> <p>(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.</p>
<p>Primeira República e suas características</p> <p>Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930</p>	<p>(EF09HI05*) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos no região* (território**) em que vive.</p>
<p>O período varguista e suas contradições</p> <p>A emergência da vida urbana e a segregação espacial</p> <p>O trabalhismo e seu protagonismo político (A criação da Petrobrás em São Francisco do Conde e seus desdobramentos)**</p>	<p>(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).</p>
<p>A questão indígena durante a República (até 1964)</p>	<p>(EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.</p>
<p>Anarquismo e protagonismo feminino (o papel da mulher no recôncavo baiano)**</p>	<p>(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.</p> <p>(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.</p>
<p>O mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial</p>	<p>(EF09HI10) Identificar e relacionar as dinâmicas do</p>

<p>A questão da Palestina A Revolução Russa A crise capitalista de 1929</p>	<p>capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa. (EF09HI11) Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico. (EF09HI12) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global.</p>
<p>A emergência do fascismo e do nazismo A Segunda Guerra Mundial Judeus e outras vítimas do holocausto</p>	<p>(EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto)</p>
<p>O colonialismo na África As guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos</p>	<p>(EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.</p>
<p>A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos</p>	<p>(EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização. (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.</p>
<p>O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação (A criação da Região Metropolitana, a substituição das ferrovias pelas rodovias e o surto industrial)**</p>	<p>(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. (EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.</p>
<p>Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência As questões indígena e negra e a ditadura</p>	<p>(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.</p>
<p>O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização</p>	<p>(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da</p>

	<p>cidadania e dos valores democráticos.</p> <p>(EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.</p> <p>(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.</p> <p>(EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.</p>
<p>A Guerra Fria: confrontos de dois modelos políticos</p> <p>A Revolução Chinesa e as tensões entre China e Rússia</p> <p>A Revolução Cubana e as tensões entre Estados Unidos da América e Cuba</p>	<p>(EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.</p>
<p>As experiências ditatoriais na América Latina</p>	<p>(EF09HI29) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras.</p> <p>(EF09HI30) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos</p>
<p>Os processos de descolonização na África e na Ásia</p>	<p>(EF09HI31*) Analisar e relacionar os processos de independência da África e Ásia com a bipolarização mundial e a influência política e econômica dos Estados Unidos e URSS nas mesmas**.</p>
<p>O fim da Guerra Fria e o processo de globalização</p> <p>Políticas econômicas na América Latina</p>	<p>(EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.</p> <p>(EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.</p> <p>(EF09HI34) Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região.</p>
<p>Os conflitos do século XXI e a questão do terrorismo</p> <p>Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade</p> <p>As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional, questão glocal***</p>	<p>(EF09HI35) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas.</p> <p>(EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.</p>

*Modificações no RCB ** Modificações no RCF

Fonte: BRASIL (2018); BAHIA (2018); SÃO FRANCISCO DO CONDE (2021)

Em uma análise mais detalhada dos documentos, percebe-se que alguns objetos de conhecimento que constam na BNCC e no RCB acabaram sendo alterados para se adequar ao currículo escolar de São Francisco do Conde. No sexto ano do Ensino Fundamental, em algumas habilidades da BNCC e do RCB foram modificados na RCF que ampliou as discussões para atender alguns conceitos que deveriam realizar uma comparação e distinção para que os/as estudantes compreendessem tal conteúdo com mais propriedade. Como na reflexão sobre senso-comum e o conhecimento científico e identificar as hipóteses sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade técnica e geográfica.

Sobre esta abordagem anterior, o RCF incluiu alguns saber-fazer para complementar e ampliar os estudos sobre as teorias sobre os povos franciscano, baiano e americano, relacionado aos aspectos geográficos e navais de migração e econômicos da região, além de espaços arquitetônicos locais. E completa outros saberes sobre o silenciamento dos saberes desses povos, após o surgimento da ciência moderna e descreve as rotas de deslocamento de migração do território africano e as rotas de povoamento do território brasileiro (baiano e de São Francisco do Conde). Nota-se também, que na elaboração do RCF, acrescentou saberes com o objetivo de se estudar e valorizar a História Regional e Local, seus hábitos culturais e sociais. Como ocorreu no tópico no estudo indígenas que orienta que será preciso retratar sobre estes povos no território baiano e no Recôncavo.

O RCF teve a preocupação em elaborar novos itens para direcionar e ampliar estudos específicos sobre os povos antigos da Grécia, Roma e Egito, suas crenças religiosas e entendimento da realidade vivida na época, nas questões sociais, econômicas, divisão de trabalho, papel do Estado, entre outros temas que envolviam. Observe que estes saber-fazer (habilidades) são definidos com os mesmos códigos. Vale ressaltar, que a equipe técnica curricular municipal se preocupou em ampliar os conteúdos da Europa Antiga, pois em análise a educação brasileira e os livros didáticos como são construídos a partir de uma visão eurocêntrica já dão uma atenção muito maior a estes povos. Como a Referencial Curricular Franciscano (RCF) deu ênfase ao seu currículo através do olhar do Referencial Curricular Baiano (RCB) que só ampliou e modificou sua documentação com objetos de conhecimentos e habilidades dentro de sua realidade regional, então a equipe franciscana poderia seguir esta mesma linha de pensamento.

O RCF amplia o diálogo não bem definido, para as questões sociais da Roma e Grécia Antiga trazendo as discussões para os dias atuais sobre questões raciais e de gêneros que são “práticas desde a época da Antiguidade”. Também, que orienta os/as professores/as para enumerar os fatores que levaram a queda do império romano.

No objeto “Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África e **no Mundo Islâmico**)”. Na parte em destaque, como o mundo islâmico se relacionando com os outros locais, pois preciso ter um olhar maior sobre este povos.

No 7º Ano do Ensino Fundamental no campo saber-ser em “A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História” e “A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno” foi elaborado um tópico novo para abranger a importância dos árabes nos espaços europeus.

No item quando vai ser debatido sobre a conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos. O RCF adiciona as resistências e batalhas indígenas como a “Confederação dos Tamoios”, que dá protagonismo aos povos indígenas contra os desmandos dos portugueses colonizadores, mas, não é alterado ou criado um saber-fazer (habilidades) do tema.

Sobre a escravidão e a tentativa de extermínio da população indígena no recôncavo baiano. Vem acompanhando a habilidade baiana que colocou o estudo na escravidão indígena e as leis que regiam estas relações no Brasil Colonial, no entanto, o documento local incrementa a tentativa de extermínio destas populações no recôncavo baiano que estimula a História Local (código modificado do RCB e a utilização do código da BNCC).

Como já foi citado anteriormente, no Ensino de História para o 7º Ano do Ensino Fundamental antecipou um conteúdo previsto para o 8º Ano definido na BNCC “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial” e criou algumas habilidades que norteiam o ensino: para identificar as formas de resistência dos africanos e afrodescendentes visando à extinção do trabalho escravo, com ênfase para os quilombos (o novo conceito de quilombo pós 1988), reconhecer que a formação das sociedades contemporâneas é fruto do das interações e conflitos de caráter econômico, político e cultural, e identificar as principais revoltas e rebeliões do período regencial, suas características, objetivos e resultado. Nestes itens, foram criados para dar protagonismo aos povos africanos e afro-brasileiros que resistiram aos povos europeus, se fortaleceram criando diversos quilombos pelo Brasil e trazendo este diálogo para a atualidade. No sétimo ano do Ensino Fundamental vai contemplar o saber “Crise do sistema colonial” consequentemente criou o saber-fazer intitulado como “Período colonial e suas mudanças” e para suprir esta necessidade do tema incorporou o saber-ser que irá identificar os principais fatores que levaram à crise do Sistema Colonial no Brasil que dará ênfase aos movimentos e

rebeliões que ocasionaram este enfraquecimento do sistema colonial implantado no Brasil e realizando no recorte regional e local.

No 8º Ano do Ensino Fundamental, os estudos além de abranger todos as definições impostas na BNCC, os/as professores/as são orientados a inserir seus conhecimentos no Ensino de História com a participação franciscana na conjuração baiana, consolidação na Independência do Brasil e no 2 de julho e a importância das leis que relacionam a população negra no contexto político no Segundo Reinado. Ou seja, são estudos que ampliam as questões sobre as leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 com os estudos africanos, afro-brasileiro e indígenas. Nestes objetos de conhecimento seguiu apenas as modificações elaboradas no RCB que definiu suas habilidades.

No 9º Ano do Ensino Fundamental, nesta turma foram realizadas quatro mudanças no tópico saber-ser no RCF, na primeira modificação enfatiza no conteúdo que retrata sobre o trabalho, a criação da Refinaria Landupho Alves Mataripe (RLAM) no município de São Francisco do Conde e suas transformação, já na segunda irá dá lugar às questões de gêneros em relação a mulher e seu papel no recôncavo baiano, localidade que o município franciscano faz parte, na terceira exibe uma preocupação também sobre a criação da Região Metropolitana, suas rodovias e surto industrial que aqui vai retratar a construção da BR 324 que foi muito importante para a ligação São Francisco do Conde e outras cidades, principalmente com a cidade de Salvador, na Bahia e a ligação com a RLAM. Na quarta alteração amplia toda discussão para a ligação globalizada do mundo e o Brasil, ou seja, as causas internacionais já poderiam retratar o glocal. Porém, não foram criadas habilidades específicas para discorrer sobre os temas.

Na tabela 03 abaixo apresento todos os objetos de conhecimento e habilidades que foram retirados no RFC que são contemplados na BNCC e no RCB:

Tabela 3 - Objetos de Conhecimento e Habilidades da BNCC Retirados no RCF

Objetos de Conhecimento e Habilidades da BNCC Retirados no RCF	
6º ANO	
<p>As noções de cidadania e política na Grécia e em Roma</p> <ul style="list-style-type: none"> • Domínios e expansão das culturas grega e romana • Significados do conceito de “império” e as lógicas de conquista, conflito e negociação dessa forma de organização política <p>As diferentes formas de organização política na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades</p>	<p>(EF06HI10) Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.</p>

linhageiras ou aldeias*	
A passagem do mundo antigo para o mundo medieval A fragmentação do poder político na Idade Média*	(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos, espaços e contextos históricos.
O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média	(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social, política e econômica no período medieval
7º ANO	
A estruturação dos vice-reinos nas Américas Resistências indígenas, invasões e expansão na América portuguesa*	(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnicocultural (indígena, africana, europeia e asiática).
8º ANO	
A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil	(EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.
Uma nova ordem econômica: as demandas do capitalismo industrial e o lugar das economias africanas e asiáticas nas dinâmicas globais	(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica
Os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX	(EF08HI25) Caracterizar e contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos da América e a América Latina no século XIX
9º ANO	
O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização*	(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo

*Não foram retirados do RCF (só foram colocados na tabela para referenciar o saber-fazer (habilidades))

Fonte: BRASIL (2018); BAHIA (2018); SÃO FRANCISCO DO CONDE (2021).

O RCF realizou diversas modificações sem indicações ou ressalvas. Neste processo de elaboração de seu referencial, retirou alguns saberes, deixando algumas dúvidas que o município não construiu materiais didáticos próprios e deve continuar a utilização de livros

didáticos fornecidos pelo governo federal que vai contemplar estes temas e como o município vai conseguir fazer esta mediação se no livro didático tem este estudo? Porém, algumas habilidades (BNCC) que foram retiradas do RCF deve ser por alguns erros de observação que diversos erros foram analisando na construção do mesmo, pois quando analisado o RCB os/as coordenadores/as a cada modificação existia uma identificação e na criação de uma habilidade existia um código específico.

Não é compreensível a retirada destes itens que podem trabalhar os estudos que são definidos pelas leis étnicas raciais e as relações que a América Latina tem com os EUA, que poderia reforçar sobre as relações com o Brasil que podem ser trazidos pelo diálogo local. Além, de que este conteúdos não está inseridos nos livros didáticos.

Como gestor escolar poderia pensar a educação de São Francisco do Conde, com a observação de que a SEDUC local proporciona formações continuadas ao longo do ano letivo por meio de seus temas norteadores. Nisto buscaria a realizar formações continuadas dentro da unidade escolar que estaria gerindo, além de mediar a elaboração de projetos apresentados pela secretaria, assim o corpo de professores/as e de coordenadores/as podem reformular para adequar a sua realidade escolar, pois, cada unidade escolar tem sua autonomia.

Como professor de História, buscaria cada vez mais formações continuadas que acrescente mais a minha vida profissional educacional e assim poderia proporcionar a meus/minhas estudantes um diálogo que os tornassem críticos do mundo em que vive e questionam algumas realidades impostas pela sociedade. Através dos projetos elaborados na unidade escolar gostaria de propor práticas educativas que coloque a representatividade franciscana, principalmente, aqueles/as esquecidos deste processo, ou seja, faria os/as estudantes analisarem pessoas que conhecem para tornar instrumentos pedagógicos no ensino e assim os/as mesmos/as podem se reconhecer com a história de pessoas ditas comuns que movimentam e influenciam no contexto social, cultural e histórico na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade foi realizada para uma análise aprofundada sobre o Referencial Curricular Franciscano (RFC) baseada no entendimento na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular Baiano (RCB) no ensino de História, em todos os seus processos (versões) de construção. Para chegar na compreensão destas documentações no ensino de História foi necessário conhecer sobre a Constituição Federal de 1988, da Leis de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN) de 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998, ou seja, os diálogos que chegaram para o ensino de História naquele momento.

No segundo capítulo, foi definido para descrever sobre algumas práticas pedagógicas adotadas pela rede pública municipal para o estudos de História no recorte de 1990 até os dias atuais, que deveria se preocupar com a identidade cultural e racial de sua comunidade que em longo desse processo histórico foi formada com base na escravidão europeia portuguesa que através disto foi e deixado diversos patrimônios materiais e imateriais, principalmente, pelos povos africanos que mais de 90% de sua população são autodeclarantes pretos e pardos no Censo de 2010. Nesta práticas pedagógicas diversas atividades foram elaboradas para que toda comunidade escolar tivesse conhecimentos sobre sua própria História, através de seguintes documentações, como: Plano Municipal de Educação (2008), na Conferência Municipal de Educação (2009), no Documento Introdutório para a Construção das Diretrizes para a Política Educacional de São Francisco do Conde (2010) e o Regimento Escolar Comum para as Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino (2012). Nos os projetos criados para fortalecer os estudos africanos, afrobrasileiros e indígenas que foram: Semana da Criança (Aprender Brincando), A Africanidade na Minha Vida e na Minha História (formações continuadas), Feira Literária (2013 a 2019), Construção da Matriz Básica do Referencial Curricular para o Ensino Fundamental Anos Finais (2015), Referencial Curricular Franciscano (?).

Para a inserção dos estudos através das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a município realizou a criação de diversos componentes curriculares próprios que seriam ministrados pelos/as docentes licenciados/as em História, que os componentes foram: Estudos Afro-brasileiros e Africanidades - EABA (2006 - 2007), História de São Francisco do Conde e Africanidades - HSSFCA (2008), História Social e Cultura Afro-Indígena - HSCAI (?) e História Social, Cultural, Afro-Brasileira e Indígena - HSCABI (2014).

Como já foi dito, para construção do RCF a equipe técnica analisou toda BNCC e toda RCB que o segundo reformulou ou criou algumas habilidades para suprir suas necessidades para que seus/suas alunos/as possam ser contemplados com objetos de conhecimentos sobre sua realidade vivida no contexto histórico-social-cultura no estudo de História. Já para a construção do RCF ampliaram seus conhecimentos na reformulação do campo saber (objetos de conhecimentos) e saber-fazer (habilidades) para os/as professores/as de História incluírem em seus planos de aulas a História de São Francisco do Conde e da região baiana. Só que neste momento, de criação e reformulação no RCF sua equipe teve preocupação de reformular habilidades construídas na BNCC que retrata sobre conteúdos que ao longo da história não foram negligenciados nos currículos. Apesar de que na atualidade tivemos um ganho muito grande na descolonização de saberes ao longo do tempo, mas, nosso ensino foi pautado na visão eurocêntrica da História. E se toda preocupação foi no entendimento do RCB que só ampliou e reformulou habilidades para a inclusão de seus conteúdos regionais, o RCF deveria seguir esta preocupação é só ampliar ou reformular ideias em torno de seus objetos de estudos.

Todavia, quando você faz uma transformação em uma documentação pedagógica necessita criar instrumentos que realize a orientação de seus/suas profissionais para que tenham parâmetros para construir seus planejamentos de suas aulas. Por exemplo, os livros didáticos fornecidos pela Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) são elaborados através da BNCC que vai contemplar só os seus objetos e habilidades e quando os livros didáticos são utilizados com um dos principais instrumentos de ensino e aprendizagem, onde vai ficar as definições em torno das habilidades definidas pela organização do referencial municipal?

Na observação destas mudanças, percebe-se que muita coisa foi adequada à realidade local, só que até o momento nada concreto foi construído para nortear seus/suas professores/as que necessitam fazer a mediação dos conteúdos da História Geral com a História Regional e Local. Sabe-se que a SEDUC sempre vem fornecendo formações continuadas para tais profissionais, porém não existe uma construção coletiva de materiais didáticos que possam se tornar apoio neste processo de ensino e aprendizagem dos/as estudantes.

Referências

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. **REFORMAS CONSERVADORAS E A “NOVA EDUCAÇÃO”**: **ORIENTAÇÕES HEGEMÔNICAS NO MEC E NO CNE**. Educ. Soc., Campinas, v.40. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/fdCK8QDyRGNwBFWKsMYtvFv/?format=pdf&lang=pt>.
Acessado em: 08 fev. 2022.

ALMEIDA, Michele Santana Pacheco de. **QUEM TEM MEDO DA "DEZ": UM ESTUDO DE CASO DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**. 2010 Disponível em:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/quem-tem-medo-dez-um-estudo-caso-duas-escolas-municipais.htm>. Acessado em: 15 Nov. 2021.

ABUD, Katia Maria. **Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, Incertezas e Possibilidades**. HIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo: Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, Formação de Professores e Prática de Ensino**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para a Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Bahia Currículo Bahia. **Currículo Referencial da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o Estado da Bahia** - Superintendência de Políticas para a Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. Brasília. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acessado em: 10 ago. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017. 36 p.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação na escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu. 2004

IABEPE. **São Francisco do Conde se destaca na implantação de ações afirmativas**. 2013. Disponível em: <http://iabepe2.blogspot.com/2013/03/sao-francisco-do-conde-se-destaca-na.html>. Acesso em: 28 dez. 2018.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A TEORIA ETNOCONSTITUTIVA DE CURRÍCULO E A PESQUISA CURRICULAR: CONFIGURAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, METODOLÓGICAS E HEURÍSTICO-FORMATIVAS**. v. 16 n. 1 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/30198/25068>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MARTINS, Mônica. **CARTA CRÍTICA DA ANPUH-RIO À COMPOSIÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. 2015. ANPUH-RIO. Disponível em: http://rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1614. Acesso em: 19 Set. 2019.

MARTINS, Maria do Carmo. **Paradoxos entre políticas e a construção do coletivo: Currículo e a História Ensinada**. Delart - FE - UNICAMP. In: RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo: Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, Formação de Professores e Práticas de Ensino**. Jundiaí: Paco Editorial. 2017.

OLIVEIRA, Alana Carla Herculano de; SILVA, Kennedy Felipe Alves da. **O BLACKFACE NO CARNAVAL BRASILEIRO E A LEGITIMAÇÃO DO RACISMO RECREATIVO**. DAS AMAZÔNIAS, Rio Branco – Acre, v. 3, n. 1, (jan-jul). 2020, p. 04 - 15. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3483/2177>. Acesso em: 08 fev. 2022.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Ensino de História e Passado Prático Notas sobre a BNCC**. In: RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo: Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, Formação de Professores e Práticas de Ensino**. Jundiaí: Paco Editorial. 2017.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 5. Ed São Paulo: Martins, 2001.

SÃO FRANCISCO DO CONDE. **Referencial Curricular Franciscano**. 2015

SÃO FRANCISCO DO CONDE. **Referencial Curricular Franciscano**. 2021

SILVA, Monica Ribeiro da. **Currículo e Competências: a formação administrada**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Romilson da Silva; DIAS, Nivia Souza. **Documento Introdutório para a Construção das Diretrizes para a Política Educacional de São Francisco do Conde: A lei 10.639/2003 e os novos desafios para a Educação**. CEDIC. IDIPES. São Francisco do Conde. Bahia. 2010.